

Emanuel de Melo Ferreira

DEMOCRACIA DESPROTEGIDA

legados da ditadura militar no
sistema de justiça

SÃO PAULO

2023



CONTRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421 002

www.loja-editoracontracorrente.com.br

contato@editoracontracorrente.com.br

EDITORES

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Walfrido Warde

Silvio Almeida

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Juliana Daglio

REVISÃO: Graziela Reis

PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO TÉCNICA: Amanda Dorth

DIAGRAMAÇÃO: Pablo Madeira

CAPA: Maikon Nery

EQUIPE DE APOIO

Fabiana Celli

Carla Vasconcelos

Regina Gomes

Nathalia Oliveira

Erick Facioli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferreira, Emanuel de Melo

Democracia desprotegida : legados da ditadura
militar no sistema de justiça / Emanuel de Melo Ferreira.
-- São Paulo : Editora Contracorrente, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5396-139-5

1. Autoritarismo – Brasil 2. Democracia – Brasil
3. Ditadura militar 4. Política – Brasil I. Título.

23-172179

CDD-321.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Democracia 321.8

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

📧 @editoracontracorrente

📘 Editora Contracorrente

🐦 @ContraEditora

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E NEGAÇÃO DA DITADURA MILITAR.....	33
1.1 Legados da ditadura militar.....	34
1.2 A interpretação do STF sobre Lei de Anistia e “estabilidade social”.....	54
1.2.1 Os precedentes internacionais sobre anistia.....	69
1.3 Casos analisados que merecem destaque.....	77
1.3.1 Riocentro.....	78
1.3.2 Rubens Paiva.....	79
1.3.3 Etienne Romeu.....	80
1.3.4 Antonio Torini.....	81
1.3.5 Homenagem a Sebastião “Curió” pelo Presidente da República.....	82
1.3.6 Homenagem aos agentes da ditadura em bens públicos.....	84
1.3.7 Celebração do Golpe Militar.....	93
1.3.8 Captura da Comissão de Anistia.....	99

1.3.9 Paralisação das obras do Memorial da Anistia	102
1.3.10 A tentativa de não responsabilizar o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra	105
1.3.11 A censura judicial à Comissão Nacional da Verdade	110
1.3.12 A tentativa de captura da CEMDP através do MPF	119
1.3.13 “Aproximações sucessivas”: a palestra do General Hamilton Mourão	128
1.3.14 Manifestações antidemocráticas: a difusão da ideia em torno do golpe militar	134
1.3.14.1 A promoção de arquivamento no inquérito 4.828	153

CAPÍTULO II – ESTRATÉGIAS PARA CONSERVAÇÃO DO AUTORITARISMO

163

2.1 Estratégias processuais	174
2.1.1 Vícios na utilização dos precedentes	174
2.1.2 Não enfrentamento de todas as causas de pedir da parte vencida	183
2.1.3 Rigor excessivo na avaliação da prova e deslegitimação	189
2.1.4 Negação da urgência e postergação injustificada da análise de tutela antecipada	203
2.1.5 Ofensa ao devido processo legal em atuação de ofício	209
2.2 Estratégias materiais	212
2.2.1 Deslegitimação da Comissão Nacional da Verdade: a negação dos crimes contra a humanidade	212
2.2.2 Admissão de discricionariedade administrativa militar absoluta	236
2.2.3 Liberdade de expressão absoluta	240

2.2.3.1 A politização militar como limite para a liberdade de expressão e o artigo 142 da Constituição	242
2.2.4 Neutralidade ideológica	256
2.2.5 Aplicação da legalidade autoritária da ditadura	264
2.2.5.1 Olavo de Carvalho na Justiça Federal	267
 CAPÍTULO III - DIFUSÃO DO AUTORITARISMO E RESISTÊNCIA CONSTITUCIONAL	279
3.1 Os marcos constitucionais do autoritarismo	295
3.1.1 O “cidadão de bem”	304
3.2 Paulo Bonavides e a crítica aos juristas conservadores: como a suposta “neutralidade ideológica” favoreceu a erosão constitucional no Brasil	334
3.2.1 A neutralidade ideológica de um neoliberalismo, na verdade, antipolítico e radical	346
3.2.2 Resistência constitucional e repolitização da legitimidade	350
3.3 A neutralidade como instrumento para erosão constitucional: a tese foi utilizada para rechaçar a resistência constitucional, culminando com a tentativa de golpe de Estado	362
3.4 Minimalismo e teorizações autoritárias na fundamentação da decisão judicial	371
3.4.1 Os acordos não completamente teorizados e a fundamentação judicial minimalista	377
3.4.2 As lições ensinadas pelos casos: a importância da prioridade local e da teorização na superação de teorias autoritárias	382
3.5 Colaboração interinstitucional autoritária	390
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	395

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	403
ABREVIATURAS.....	421